

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 235  
Período: 25/11/06 a 01/12/06  
Franca – Brasil

- 1- Militares realizam operação na fronteira com o Paraguai
- 2- Conflito entre governo e militares conduz à substituição do chefe de controle de tráfego aéreo
- 3- Revisão da Lei de Anistia depende de vontade política, diz Barbosa
- 4- Civis e Militares denunciam abuso de trabalho no CINDACTA
- 5- FAB nega existência de buraco negro no espaço aéreo

1- Militares realizam operação na fronteira com o Paraguai

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que cerca de 3500 homens do Exército, Marinha e Aeronáutica ocuparam, desde o dia 23 deste mês, toda a fronteira nacional com o Paraguai, a partir do estado Mato Grosso do Sul, com o apoio de patrulhas das Polícias Federal, Militar e Civil. Batizada de Operação Jauru III, a movimentação visa ao combate ao tráfico de drogas e ao contrabando de armas. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/11/06).

2- Conflito entre governo e militares conduz à substituição do chefe de controle de tráfego aéreo

Segundo os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, a crise no setor aéreo levou o Executivo a articular com o Comando da Aeronáutica e o Ministério da Defesa a exoneração do chefe do Departamento de Controle de Tráfego Aéreo (Decea), brigadeiro Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, e do seu vice-diretor, major-brigadeiro Ailton dos Santos Pohlmann. O órgão aéreo, ao qual estão subordinados os centros nacionais de controle de tráfego aéreo (os chamados Cindactas), será assumido interinamente pelo major-brigadeiro Paulo Hortênsio Albuquerque Silva, cuja função era de comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional (Comar), e a sua vice-diretoria, pelo major-brigadeiro Ramon Borges Cardoso, ex-chefe do gabinete do comandante da Aeronáutica. Fontes da Força aérea afirmaram que o ato de exoneração ocorreu devido à insatisfação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a forma como os dois militares vinham conduzindo a crise envolvendo os controladores de tráfego aéreo do Cindacta-1. Além disso, outros fatos agravaram a questão com o brigadeiro Vilarinho: em primeiro lugar, ele opinava contra a ampliação do número de civis no sistema de tráfego aéreo. Também, ele havia sido um dos oficiais a decidir pelos dois aquartelamentos de operadores de vôo determinados pela Aeronáutica ao longo da crise do último mês de novembro e por fim, em seu histórico, constava a sua forte oposição à criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O jornal *Folha de S. Paulo* debateu o assunto da desmilitarização do controle do tráfego aéreo brasileiro por meio de dois artigos de opiniões divergentes sobre o tema. O primeiro deles, assinado por Gláucio Ary Dillon Soares e Jorge Zaverucha, defendeu a desmilitarização do setor, argumentando que a maioria dos países democráticos confere aos civis a tarefa de

controlar os seus espaços aéreos comerciais. A excepcionalidade do caso brasileiro, no entanto, ocorreria, em parte, devido ao anacronismo institucional da Constituição de 1988, que manteve o *status quo* da velha ordem política típica de sociedades pretorianas, em cujo desenho de poder, os militares continuam controlando áreas fora de sua atuação profissional. Os autores citam, então, como exemplo desse anacronismo institucional do país, as atuais funções exercidas pela Marinha e Aeronáutica nacionais, que abrangem não só o escopo de sua competência, mas as instâncias civil, privada, comercial e desportiva, sendo comparadas àquelas notadas na Espanha do autoritarismo franquista. Por outro lado, Georges de Moura Ferreira e Newton Leone, no segundo artigo, advogam contra tal desmilitarização e elencam alguns motivos para corroborar a assunção desta postura. Num primeiro momento, a desmilitarização representaria custos inoportunos e oneraria a máquina governamental na medida em que teria de suprir as necessidades de outro órgão de controle aéreo; o segundo fator se direcionaria em torno da tendência norte-americana, em desenvolvimento após o 11/09, de tentar adequar o seu modelo de controle de tráfego de aeronaves buscando uma integração com os sistemas de vigilância – como já faz o modelo brasileiro. A outra razão, contudo – e prioritariamente –, residiria na própria história da aviação nacional, que sempre estivera envolvida em comunhão com a instância militar e dificilmente se dissociara do objetivo estatal de promover o controle e defesa do espaço aéreo brasileiro. Por fim, Ferreira e Leone afirmam que, graças à competência e ao espírito pioneiro dos militares, o sistema de controle de tráfego aéreo no Brasil não entrou em colapso e que o acidente que vitimou 154 pessoas foi gerado, sobretudo, à negligência do governo federal em não liberar o total de recursos previsto no orçamento para programas de proteção e segurança do tráfego aéreo. (Folha de S. Paulo – Editorial – 25/11/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/11/2006; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/11/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/11/2006; O Globo – O País – 25/11/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/11/06).

### 3- Revisão da Lei de Anistia depende de vontade política, diz Barbosa

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, para Marco Antonio Rodrigues Barbosa, presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos, o debate em torno de uma possível revisão da Lei da Anistia depende, sobretudo, de vontade política somada à pressão popular. Segundo Barbosa, a Lei 11.111, que regula o acesso a documentos e estabelecem sigilo absoluto para algumas categorias, contraria a Constituição, conforme a qual, os cidadãos têm o direito à informação. Barbosa se junta a outros juristas que acreditam haver uma má interpretação da Lei da Anistia, quando se considerou que abrangia crimes cometidos por militares, informou o jornal. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/11/2006).

### 4-Civis e Militares denunciam abuso de trabalho no CINDACTA

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, as condições de trabalho dos controladores de vôo estão sendo investigadas pelo Ministério Público do Trabalho, que recebeu denúncias de civis e militares quanto à carga horária excessiva, pressões e constrangimentos no trabalho. Segundo o mesmo jornal, no último dia 27/11/06, o Comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, reuniu-se com os

procuradores do Ministério Público do Trabalho, os quais farão uma visita ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – Cindacta-1, em Brasília, na próxima semana. O Comando da Aeronáutica negou quaisquer irregularidades. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 30/11/06).

#### 5- FAB nega existência de buraco negro no espaço aéreo

A Força Aérea Brasileira (FAB) nega a existência de um "buraco negro", ou seja, uma área onde a cobertura de rádios e radares é falha, no espaço aéreo brasileiro e afirma que apenas abaixo de 20 mil pés de altitude (cerca de 6.100 metros), a cobertura não é completa, devido ao espaçamento e à área abrangida por cada equipamento, conforme registram os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Na região coberta por radar de Manaus, aproximadamente no local onde ocorreu o acidente com o avião da empresa *Gol* e o jato *Legacy*, a FAB diz haver uma "zona cega" que é monitorada por Brasília. A Aeronáutica está corrigindo o problema, entretanto, enfrenta dificuldades técnicas, pois faltam ajustes de software no radar de São Félix para que as imagens projetadas sejam precisas. (Folha de S. Paulo – Editorial – 25/11/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/11/2006; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/11/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/11/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/11/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/11/2006; O Globo – O País – 25/11/06).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

O Globo – [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [observatorio@franca.unesp.br](mailto:observatorio@franca.unesp.br)**

#### **\*\*\*Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula da Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Carla Rubacow (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana Bigatão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, Bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq) e Maíra Bichir (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).

